



POLÍTICAS PÚBLICAS, NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: O PAPEL SOCIAL DA UNIVERSIDADE SE ESVAINDO

*PUBLIC POLICIES, NEOLIBERALISM AND EDUCATION:
THE DECLINING SOCIAL ROLE OF THE UNIVERSITY*

Admário Luiz de Almeida¹
Universidade Federal do Tocantins

RESUMO

O tema central deste trabalho é o impacto da globalização e do seu consorte, o neoliberalismo, na sociedade brasileira, mais precisamente, seus efeitos nas políticas públicas, produzidas por este modelo econômico e político, sobretudo na educação e, mais ainda, na universidade, no que diz respeito à legitimidade do seu papel social. Para nossa análise, colocamos sobre a mesa, de um lado, o pensamento de neoliberais e pós-modernistas; do outro, as ideias educacionais de Cristovam Buarque, secundado por outros estudiosos do assunto. Abordamos a questão da terceirização, à qual destacamos os princípios da privatização e os consequentes prejuízos aos setores excluídos, ou em processo de exclusão, da sociedade brasileira, já afeita à concentração de renda e poder. Evidenciamos, ainda, a interiorização do ensino superior, através de políticas públicas implementadas nos últimos anos. Concluímos, considerando que, apesar de certo arrefecimento das políticas neoliberais, em função de situações específicas originadas nos Estados Unidos, o capitalismo não abdicou do neoliberalismo, apenas recuou, esperando oportunidade propícia para o seu ressurgimento. No caso do Brasil, essas políticas nunca deixaram de orientar os caminhos do capitalismo, exemplo disso são as leis que apontam para a possibilidade de terceirização dos serviços públicos pelas organizações sociais, bem como o processo de privatização.

Palavras-chave: Capitalismo; Neoliberalismo; Políticas públicas e educação.

ABSTRACT/ RESUMEN

The central theme of this study is the impact of globalization and its counterpart, neoliberalism, on Brazilian society. More specifically, its effects on public policies shaped by this economic and political model, particularly in education and, even more so, in universities, regarding the legitimacy of their social role. In our analysis, we contrast, on one hand, the views of neoliberals and postmodernists. On the other, the educational ideas of Cristovam Buarque, supported by other scholars in the field. We address the issue of outsourcing, highlighting the principles of privatization and the resulting harm to marginalized or increasingly excluded sectors of Brazilian society, which is already familiar with income and power concentration. We also emphasize the expansion of higher education to the interior of the country through public policies implemented in recent years. Our conclusion considers that, despite a certain slowdown in neoliberal policies due to specific circumstances originating in the United States, capitalism has not abandoned neoliberalism. It has merely retreated, waiting for a favorable opportunity for its resurgence. In Brazil, these policies have never ceased to guide the course of capitalism, as evidenced by laws allowing the outsourcing of public services through social organizations, as well as privatization process.

Keywords/Palabras clave: Capitalism; Neoliberalism; Public Policies; Education.

¹ Pós-doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Minho em Braga (Portugal). Professor Aposentado da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Arraias, Tocantins, Brasil.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2380480249759780>. E-mail: admarioluiz@mail.uft.edu.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Por volta de 1536, a Inglaterra, por meio de lei, atribuiu às paróquias a responsabilidade pelo socorro aos indigentes e pela educação das crianças pobres. Na mesma Inglaterra, em 1833, o Parlamento aprovou outra lei que regulamenta o trabalho de menores e institui a obrigatoriedade da frequência à escola, por duas horas, para as crianças menores de quatorze anos. Entre nós, também no século XIX, o Asilo dos Meninos Desvalidos foi instituído pelo decreto n. 5.532, de 24 de janeiro de 1874, que criou dez escolas públicas de instrução primária do primeiro grau no Município da Corte.

O tempo passa e o homem continua discutindo o lugar que a escola deve ocupar nas sociedades contemporâneas. Essa inquietação e busca levaram, no século XX, ao estabelecimento de ideias, experiências e atitudes que tentavam redefinir o papel social da escola. As referências mais importantes no processo de reorganização da escola, entre o final do século XIX e o início do século XX, são, o da escola do trabalho, de Kerschensteiner, e da escola ativa, de Dewey.

Mais adiante, com o desfecho da Segunda Guerra Mundial, um novo panorama mundial surge das cinzas. A Europa ocidental e o Japão agonizavam. Os Estados Unidos emergiram como potência e credores do mundo capitalista. Urgia, portanto, uma nova reorganização do mercado capitalista. Em 1944, por meio da Conferência de Bretton Woods, foi dado o pontapé inicial do estabelecimento de novas regras e padrões norteadores, condizentes com os caminhos tomados pelas nações do pós-guerra. Germinam e são paridos nessa Conferência entre "o senhor dos anéis" e seus escudeiros fragilizados, organismos como o Fundo Monetário Internacional, FMI, e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD, e do Acordo Geral de Tarifas e Comércio, GATT. O Plano Marshall (1947) e a Guerra Fria (final da Segunda Guerra e a extinção da União Soviética, 1991) complementam o cenário.

Entre o amanhecer do século XXI e o entardecer do século XX, o neoliberalismo agigantou-se, a globalização tomou corpo e um predador, assessorado por predadores menores, com aparência de cordeiros, estenderam suas garras, distribuindo chocolates e eliminando toda e qualquer resistência da periferia, num processo capitalista de seleção natural, seguido de políticas excludentes, a começar pela estratégica educação, objetivando atender ao exigente mercado de trabalho. Eram os anos 80 que chegavam trazendo os "bons ares" do neoliberalismo e uma reviravolta no jogo político europeu e americano, sobretudo quando chegaram ao poder Margaret Thatcher, na Grã-Bretanha, em 1979, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, em 1980.

E nesse emaranhado, os estados nacionais, além de incapazes, convertem-se em peças de pura ficção e, mais do que nunca, a solução para os problemas econômicos se encontrariam nas milagrosas privatizações e terceirizações.

A QUESTÃO DA UNIVERSIDADE

Ao se debruçar sobre a abrangência da atuação da escola, mais especificamente da universidade, Santos (2001, p. 191) constata que,

“perante uma forte pressão social no sentido de expansão do sistema universitário, a universidade pode responder a essa pressão mediante o desempenho da função latente de ‘arrefecimento das aspirações dos filhos e filhas das classes populares’, ou seja, reestruturando-se de modo a dissimular, sob a capa de uma falsa democratização, a continuação de um sistema seletivo, elitista”.

Em tempos de neoliberalismo, onde pontificam os organismos financeiros internacionais, esta “falsa democratização”, a que se refere Santos, é um fato que implica em políticas públicas pulverizadoras para a educação, as quais a transformam em produto de qualidade duvidosa. Laurell (1995, p. 173) aborda o problema, afirmando que esses organismos supracitados

“inovaram seu discurso, procurando justificar as privatizações e a retração estatal na esfera do bem-estar social como o melhor caminho de se alcançar maior equidade, já que ao poupar recursos dos programas universais, o Estado pode usá-los para subsidiar os pobres com programas sociais básicos. (...) Estes fatos permitem afirmar que os programas contra a pobreza têm na América Latina um objetivo oculto: assegurar uma clientela política em substituição ao apoio popular baseado num pacto social amplo, impossível de se estabelecer no padrão das políticas neoliberais”.

Mas Laurell (1975, p.175) vai além, ao concluir que “ao invés de produzir um desenvolvimento social, o sacrifica, já que os programas públicos de ‘subsídios’ aos pobres proporcionam-lhes menos benefícios que a seguridade social solidária”. E ao complementar seu pensamento, ela nos diz que “os serviços públicos tornam-se absolutamente insuficientes, pela drenagem sistemática de recursos para o sistema privado; isso não ocorre nos países desenvolvidos”.

Estas organizações internacionais, notadamente Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, ditam programas de ajustamento e monitoram as políticas públicas locais, impedindo que o chamado Estado de Bem-estar realize programas eficazes de distribuição de renda e de fortalecimento das democracias locais. Nesse sentido, Hespanha (1975, p.175), ao analisar a globalização das políticas sociais, anota que,

“instrumento essencial da cidadania, os direitos sociais constituíram uma das marcas de sucesso das sociedades de capitalismo avançado pela sua habilidade em vincular o crescimento econômico ao desenvolvimento social. No entanto, esta fórmula parece estar a perder a sua magia e a capacidade de se sustentar. (...) A incapacidade de contrariar os efeitos negativos da globalização econômica coloca os Estados nacionais numa posição de grande fragilidade. (...) A globalização econômica está, deste modo, a gerar um hiato cada vez maior entre os padrões econômicos e os padrões sociais, promovendo as forças de mercado à custa das políticas e instituições de proteção social que são vistas como um obstáculo à maximização dos lucros”.

Colocar os Estados nacionais numa posição de fragilidade é, portanto, efeito da internacionalização da produção, a qual foi acompanhada de uma revolução tecnológica aplicada ao processo produtivo, a qual forçou a reestruturação das relações capital e trabalho, influenciando, de forma significativa, a educação, especificamente nos chamados países periféricos, cujas estruturas educacionais estão, ainda, ligadas às conquistas da burguesia, no alvorecer da modernidade.

Embora o discurso seja de mudança para melhorar as condições de vida e de consumo da população em geral, o fato é que se registra um aumento da dependência dos países que estão fora do bloco hegemônico, os quais, por meio de tratados internacionais, estabelecem relações comerciais privilegiadas entre si, para que possam atuar, em conjunto, no mercado. E as consequências disto na educação são vertiginosas e desafiadoras, principalmente na formação de professores.

Desse modo, tornam-se urgentes novos projetos pedagógicos e educacionais que possam fazer frente aos desafios que a pós-modernidade impõe. Aqui, se coloca a questão do papel da universidade no desenvolvimento da nação ou do seu comprometimento com a sociedade. Neste sentido, ela terá de fazer uma opção: continuar sendo instrumento da “elite privilegiada” ou sacrificar seus privilégios, assumindo seu discurso teórico, quando se propõe a ser solidária e identificar-se “com os interesses do povo” (BUARQUE, 1994, p. 46).

Como participante desse processo, encontra-se a universidade percorrendo sua “via-sacra” na ânsia de alcançar sua autonomia, até porque “o primeiro passo de instituição que deseja promover a liberdade é obter sua própria liberdade, o que exige, antes, a consciência das amarras que a aprisionam” (BUARQUE, 1989, p. 17).

Na visão de Darcy Ribeiro (1991, p. 172), “a universidade de que precisamos, antes de existir como um fato do mundo das coisas, deve existir como um projeto, uma utopia, no mundo das ideias”. Pensar a universidade com estas características é pensar numa universidade pública

estatal, gratuita e leiga, que não se isole entre suas próprias paredes. Caso contrário, ela deixará "de cumprir seus compromissos históricos, se esta conquista serve apenas a uma minoria da população à custa da escravização da maioria dos seres humanos" (BUARQUE, 1994, pp. 60 e 125).

Olhando a questão sob essa perspectiva, podemos fundamentar o papel social da universidade, sobretudo quando nos deparamos com as necessidades do país e a consequente busca de soluções para os seus variados dilemas. Nesse sentido, quanto mais deficiente a formação do professor, pior o desempenho de seus alunos. Esse é, sem dúvida, um dos itens essenciais na agenda de um país que pensa na resolução dos seus problemas.

Integrada a uma política de reconstrução nacional, a universidade é um dos pilares na consecução dos objetivos e metas estabelecidas pelo Estado. A pesquisa científica e tecnológica é entendida pela sociedade como uma das esferas de atuação da universidade. Mas ao lado desse item fundamental para o desenvolvimento do país, há outro, cuja importância nem sempre é vista pela própria universidade, qual seja, sua essencial e inevitável participação num projeto de base, fundamental para a sustentação da nacionalidade, a alfabetização. Se a universidade pode integrar o homem ao processo de transformação do mundo, ampliando seus horizontes, também deve ajudá-lo a sentir-se construtor consciente de sua própria história, humanizá-lo, dentro de uma visão de mundo que não é, mas de mundo que está sendo (Freire, 2000, p.79). Ora,

"o analfabetismo num país como o Brasil é a expressão de um "câncer" social causado por uma "fábrica" de exclusão social como tem sido a educação em nosso país, ao longo de toda a História. [...] Enquanto não houver escola para todos (100%), com condições de permanência e qualidade de ensino, especialmente investimentos no professor, o Brasil não romperá o círculo vicioso: quanto mais ignorante é, mais ignorante será. A universidade com isso? Afinal, isso é problema do ensino fundamental, do serviço social, da política governamental... A universidade tem muito a ver com isso. Vejamos: é a universidade que forma os professores, qualifica-os, pesquisa sobre os métodos de ensino, sobre as causas dos problemas do país. O analfabetismo talvez seja o maior desses problemas. A universidade é capaz de descobrir no passado as causas dos problemas que nos afetam hoje. Ela pode avaliar as situações com mais isenção e competência, possibilitando o monitoramento permanente das indicações do desenvolvimento de um país". (Editorial de A GAZETA [31.07.03]: Alfabetização e a universidade. Trabalho assinado por Dóris Santos de Faria. In. www.consaee.com.br -consulta no dia 10.09.03)

Nesse sentido, identificar nas ações da universidade pujança, solidariedade e imersão nas questões sociais do povo que a sustenta é reconhecer que ela, apesar de não ter passado por grandes mudanças estruturais nesses últimos mil anos, "é a instituição mais bem preparada para reorientar o futuro da humanidade". Embora o capitalismo exiba, na pós-modernidade, toda "a desumanidade que lhe é inerente", a universidade, mesmo sendo olhada "como uma entidade

de acadêmicos aristocráticos em meio ao mar de baixo nível educacional da população”, é um instrumento de esperança, mesmo sendo “necessário que ela recupere esperança nela própria” (BUARQUE, 2003, pp. 3, 4 e 5). É ela que forma os professores, qualifica-os, pesquisa sobre os métodos de ensino, sobre as causas dos problemas do país, tais como o analfabetismo que lhe incomoda de perto, porquanto dificulta a ação dos profissionais produzidos por ela, impede a construção de uma modernidade ética alternativa, capaz de manter o equilíbrio social e de assegurar o progresso científico e tecnológico.

Assim, a universidade, necessariamente, terá que entrar em sintonia com os novos rumos do desenvolvimento das ciências, sobretudo porque, ao produzir novas tecnologias, as ciências geraram, também, exigências culturais e imposições inevitáveis para que as criaturas humanas possam ter uma convivência saudável entre si e com a natureza. Segundo Buarque (2003, p. 6/7),

“a universidade foi duramente maltratada pelo neoliberalismo nas últimas décadas. O Brasil é um exemplo trágico dessa realidade. Durante esse período, as universidades públicas brasileiras perderam poder, recursos financeiros e professores, não tendo crescido o suficiente para atender à demanda por vagas. Em 1980, havia 305.099 alunos matriculados e, em 2001, 502.960. O crescimento das universidades particulares, por exemplo, foi espantoso: em 1981, o número de alunos matriculados era de 850.982, número esse que passou a ser de 2.091.529, em 2001, representando um aumento de mais 56%”.

Para Laurell (1995, p. 166 e 167), “o neoliberalismo promove com suas políticas uma acelerada redistribuição regressiva da riqueza”, deste modo, este braço político da pós-modernidade, concomitantemente, também, “promove então um processo maciço de empobrecimento e uma crescente polarização da sociedade entre ricos e pobres”. Se tomarmos como base o fato de que “a privatização é o elemento articulador dessas estratégias” é que todo o discurso gira em torno do “objetivo econômico de abrir todas as atividades econômicas rentáveis aos investimentos privados, com o intuito de ampliar os âmbitos de acumulação, e ao objetivo político-ideológico de mercantilizar o bem-estar social”.

Sob essa ótica, a educação adquire a materialidade de um bem rentável e, portanto, passível, na ótica neoliberal, de privatização, o oposto das conquistas históricas do povo brasileiro, registradas na Constituição Federal de 1988, quando, no seu art. 205, a identifica como “direitos de todos e dever do Estado e da família”. Há de se registrar que essa educação, por exemplo, não visa o mercado, mas o trabalho, o exercício da cidadania e o desenvolvimento pleno da pessoa, aspectos que não fazem parte das preocupações neoliberais.

A propósito, Gentilli (1995, p. 244) mostra que

“na medida em que o neoliberalismo realiza com êxito sua missão cultural, pode também realizar com êxito a implementação de suas propostas políticas. Em outras palavras, o neoliberalismo precisa — em primeiro lugar, ainda que não unicamente — despoliticizar a educação, dando-lhe um novo significado como mercadoria para garantir, assim, o triunfo de suas estratégias mercantilizadas e o necessário consenso em torno delas”.

Se a universidade se dispuser a ser, única e exclusivamente, formadora de mão-de-obra para o mercado, subordinando-se às exigências do mesmo, deixará de cumprir seu papel social, para transformar-se numa simples oficina, nos moldes medievais das corporações de ofício.

A lógica do lucro tem como complemento o empobrecimento das populações urbanas, as quais são formadas “com grandes contingentes de mão-de-obra à margem de relações trabalhistas estáveis”. Nas áreas rurais, não é diferente, porquanto se verifica a confirmação do poder e da exploração secular das oligarquias (Laurell, 1995, pp. 156 e 158).

Torres (1995, p. 125/6), quando focaliza esta questão, mostra que “a privatização constitui um instrumento muito apropriado para despoliticizar as práticas regulatórias do estado nas áreas de formação de políticas públicas”. Este estudioso entende que muitos dos modelos de privatização só substituem o monopólio estatal, “por um monopólio similar outorgado a uma empresa privada”.

“A escola, portanto, não pode mais permanecer nas franjas dos mecanismos de controle social e econômico do sistema capitalista” (BRUNO, 1997, p. 39). Se a universidade se dispuser a ser, única e exclusivamente, formadora de mão-de-obra para o mercado, subordinando-se às suas exigências, deixará de cumprir seu papel social, dedicada ao ensino, à pesquisa e ao trabalho de renovação da sociedade como um todo, por meio da extensão, para transformar-se numa simples oficina, nos moldes medievais das corporações de ofício. Se escutar a voz sonora do neoliberalismo, “a universidade flutua em meio às correntes da Globalização, e corre o risco de um naufrágio ético, caso aceite a imoralidade de uma sociedade cindida” (BUARQUE, 2003, p. 8).

Claro, essa postura não corresponde à de Bate (2003) que, em artigo publicado pela BIDAmérica, revista do Banco Interamericano de Desenvolvimento, diz que

“nas fantasias atuais dos políticos latino-americanos, provavelmente não há um monstro mais temerário que o “neoliberalismo”, o modelo econômico que promovia o livre comércio, a privatização e outras reformas voltadas aos mercados de modo a reviver as economias anêmicas da região após a “década perdida” dos anos 1980. Ale de requerer a abertura dos mercados domésticos latino-americanos, notoriamente protegidos, à concorrência estrangeira, e ao enxugamento do inchado setor público, o neoliberalismo defende outras

medidas para atacar alguns dos piores problemas econômicos da região, como a inflação excessivamente alta e debilitante e os baixos índices de produtividade”².

Para Candau (2002, p.14), a questão vai além da fantasia ou de preocupações descabidas, ante as políticas neoliberais que objetivam “ajudar” os povos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Ao analisar a questão, ela mostra que

“este processo de globalização das práticas econômicas, ainda que atualmente representa uma postura hegemônica e de certa forma irresistível, vem recebendo muitas críticas a partir das recentes crises no mercado financeiro internacional e do crescimento visível dos níveis de pobreza e exclusão em todos os países”.

“É próprio das ideologias recobrir com opacidade o real, mas também dele nutrir-se, sob pena de perderem sua eficácia”, diz Draibe (1994, p. 92). O Banco Mundial, 2003 (www.bancomundial.org.br - consulta no dia 08.08.03.), executante das políticas neoliberais, mostra que sua missão “é reduzir a pobreza mediante a promoção do crescimento econômico sustentável nos seus países clientes”. E vai além, quando diz que “o desenvolvimento é um processo a longo prazo que, em última análise, requer a transformação das sociedades”. Entretanto, esta ideia de transformar a sociedade, na prática neoliberal, “não supõe a cooperação ou a solidariedade, mas o triunfo na competição com os outros”, até porque suas políticas sociais, caracterizadas “pela expressão “para todos”: saúde, água, saneamento e educação para todos, (...) não incluem empregos, nem, portanto, renda para todos” (CORAGGIO, 1996, p. 80/87). Esta situação nefasta, para a evolução da criatura humana, é que Buarque (2000, p. 95, 96 e 97), numa perspectiva histórica, vai analisar, dizendo que

“por mais de cem anos, entre os anos 70 do século XIX até os 70 do século XX, os pensadores ocidentais foram dominados pela visão econômica originada em Adam Smith e bifurcada entre os marxistas (e demais socialistas) e os clássicos ou neoclássicos em suas diversas variantes. (...) Todo o pensamento sociológico, antropológico e mesmo filosófico se desenvolveu em função da lógica da lógica econômica que explica o processo civilizatório como uma marcha em direção à satisfação das necessidades materiais pelo aumento da produtividade decorrente do avanço técnico. (...) Tal visão aprisionou os pensadores. (...) Os intelectuais não entendem que a tragédia lhes toca diretamente. (...) Hoje, quando uma nova utopia se faz necessária, os pensadores continuam amarrados à concepção anterior à revolução da sociedade de consumo”.

² Peter BATE. Um novo consenso? In. BIDAmérica, a revista do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Consulta on-line a <http://www.iadb.org/idbamericaindex.cofm?thisid=2231> em 10.08.03

Buarque (2000, p. 99) interpreta isto como perda da “liberdade de pensamento”, uma vez que os intelectuais “caíram nas malhas da burocracia acadêmica e, em determinados momentos, a universidade chegou ao ponto de dividir o conhecimento de áreas absolutamente afins, que não podem ser inteligíveis independentemente” (...). É interessante notar que, ainda segundo Buarque (2000, p. 105), “o pensamento foi substituído por teses e teorias específicas de cada área dentro de cada escola”. E como pensador do seu tempo, lamenta:

“infelizmente, o começo do novo século está vendo os intelectuais de todo o mundo servirem aos mesmos propósitos em escala mundial: consolidar o pensamento excludente, formulando as ideias que confirmem a supremacia dos que fazem parte do Primeiro Mundo Internacional dos Ricos”.

Em “A Segunda Abolição”, cuja dedicatória é sugestiva: “para Dom Hélder que lutou como um rebelde para mudar o sistema social e econômico e como um santo para atender de imediato às necessidades dos pobres”, Buarque (1999, p. 81) assevera que “é impossível erradicar a pobreza em um país sem o apoio direto de sua inteligência, que, normalmente se situa sobretudo dentro da universidade”. Não há dúvidas de que a universidade é parte do povo porque pelo povo é financiada e, nada mais lógico, que ela esteja integrada às lutas da nação, pela erradicação dos problemas que a asfixiam, impedindo-a de dar saltos e construir o futuro. Neste sentido, o papel social da universidade pública é inequívoco. Charle & Verger (1996, p. 127/8), ao tratarem da evolução da universidade, evidenciam que “as novas características do ensino superior, surgidas no decorrer do século XVIII, atingindo um ponto de não-retorno, modificam completamente os antigos sistemas universitários”. Para eles, o crescimento da demanda do ensino superior significou desafios institucionais e estruturais, sobretudo porque a universidade pública teve e tem, continuamente, em razão destes mesmos desafios, ininterruptos, revisar seus objetivos e práticas, na sua ação junto aos seus verdadeiros mantenedores. Por isto, dizem os pensadores em questão, “mais do que nunca, portanto, o ensino superior não pode ser visto como um conjunto fechado separado do mundo”.

Daí o fundamento do editorial de A GAZETA, 2003 (Op. cit. supra), quando afirma que a “universidade tem muito a ver com isto, uma vez que o analfabetismo é um indicador da pobreza de um país e um causador da pobreza das pessoas”. E buscando seus novos objetivos ou objetivos que foram se extraviando pelo caminho, a universidade pública, para o exercício do seu papel social, deve, necessariamente, descartar-se daquilo que Buarque (1993) chama de “burocracia acadêmica”, uma das especialidades do neoliberalismo, na medida em que aliena a

universidade dos problemas do seu povo, os quais se encontram fora dos seus muros. Na medida em que ela se volte para si mesmo, olhando para o próprio umbigo, não estará cumprindo seu papel social e estará pior, repetindo os equívocos do passado.

“É triste reconhecer que foi mínima ou nenhuma a contribuição das universidades do século XIX para a abolição da escravatura. No Brasil, a abolição dos esforços de políticos, poetas, jornalistas e até mesmo da nobreza, mas foram raros os movimentos abolicionistas nas escolas de Direito, Medicina ou Engenharia da época”. (BUARQUE, 1993, p. 48).

Envolver-se nas teias da burocracia acadêmica é, portanto, desconsiderar o mundo real, distanciar-se da sociedade, acreditar-se no Olimpo, onde os puros e predestinados habitam. Quando isto acontece, a universidade se aliena e elitiza-se. Para Buarque, 1999 (Revista Adusp, junho de 1999. A universidade brasileira está abandonada. Cristovam Buarque. Texto de Marcos Cripa), “o que está errado não é que só tem filho de rico na universidade pública. O que está errado é que só filho de rico termina o 2º grau”. Na sua visão, o errado é, também, “que esses filhos de ricos estudem na universidade gratuita para ficar mais ricos ainda, quando deveriam estudar para resolver os problemas do mundo”, o que significa dizer que, estando e permanecendo assim, ela não cumprirá seu papel social. Mas, é claro, a educação e, em particular, a universidade pública brasileira têm uma história e esta característica ou este problema não é privilégio do mundo contemporâneo.

É diante disto que, ao estudar as implicações das políticas públicas centradas no receituário neoliberal, constata-se que a lógica do lucro é incompatível com a formação para o exercício da cidadania, num processo educativo onde a “educação, direito de todos e dever do Estado e da família, visa o pleno desenvolvimento da pessoa” (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988). Segundo Laurell (1995, p. 156 e 158), a proposta neoliberal tem a ver com o empobrecimento das populações urbanas, as quais são formadas “com grandes contingentes de mão-de-obra à margem de relações trabalhistas estáveis”. Nas áreas rurais, não é diferente, porquanto se verifica a confirmação do poder e da exploração secular das oligarquias.

O universo do ensino superior e as políticas públicas voltadas para a interiorização do setor, não ficariam imunes às influências nefastas de toda a cultura colonialista, engrossada pelos vício e manutenção dos privilégios das classes dominantes acumulados ao longo da história da educação brasileira, mesmo na contemporaneidade.

Essa questão está presente, em muitos casos, nos cursos e ideologias dominantes, os quais estão subordinados aos interesses dos grupos econômica e politicamente dominadores das comunidades onde os campus universitários e institutos federais são introduzidos.

Na minha experiência pessoal, como professor universitário pelo interior do Brasil, em alguns casos, pude distinguir, sobretudo, três vertentes envolvidas na disfunção focalizada acima: primeira, a frustração de setores da comunidade que esperavam ser o campus universitário um propagador de novas ideias e o despertar de horizontes transformadores na comunidade; segunda, professores distantes do povo, não se aproximando nem em projetos de atividades de extensão; terceira, empenho de professores na luta contra o campus no interior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Goergen (2001, p. 21), ao estudar a questão das políticas públicas relacionadas à educação na perspectiva neoliberal, “o que importa não é o conhecimento em si, mas o conhecimento com seu atributo tornado essencial: sua utilidade (...). O pensamento transforma-se num processo matemático que resulta no técnico que, por sua vez, coisifica o sujeito e suprime a consciência”.

Norteando sua vida, por estes caminhos, a universidade redefine seu papel social, ao mesmo tempo em que, como instituição do povo, parte dela oferece resistência às interferências do pensamento neoliberal, o qual tenta colocá-la de joelhos diante do mercado e transformá-la em oficina contemporânea, sob o comando de um mestre corporativista, formador de mão de obra com prazo limitado de validade, numa sociedade de horizontes ilimitados, cuja busca de conhecimentos é perene.

Numa sociedade capitalista, o público e o privado têm interesses opostos, embora se fale muito em parcerias. Num país como o Brasil, com uma vastidão interiorana e rural significativa, a educação pública e estatal não pode se furtar à formação de pessoas para o exercício da cidadania, a não ser que pretenda fragilizar-se. Os investimentos no setor, aplicados estrategicamente, devem preocupar-se com a geração de líderes e pessoas que olhem para o universal, mas comprometidas com a identidade nacional, local de vida e trabalho. E isso não faz parte do receituário neoliberal, muito pelo contrário.

A título de contextualização, esse receituário neoliberal sofreu um arrefecimento a partir de 2006, com a chamada "Crise do subprime", alcançando seu auge em março de 2008, ocasião em que os Estados Unidos viram sua economia desafiada por uma grave crise financeira,

desencadeada a partir da quebra de instituições de crédito, as quais concediam empréstimos hipotecários de alto risco, arrastando consigo vários bancos para uma situação de insolvência. Diga-se que essa crise, segundo muitos economistas, foi a mais grave desde 1929, até porque poderia transformar-se em sistêmica. Porém, isso não significou que o capitalismo tenha desistido da experiência neoliberal. Ela apenas entrou em banho-maria, aguardando, estrategicamente, ocasião propícia para o ressurgimento.

Quando o Supremo Tribunal Federal, STF, no dia 15 de abril de 2015, decidiu que o serviço público pode ser terceirizado, a instituição superior judiciária confirmava a Lei nº 9637/98, de inspiração neoliberal, que legisla sobre a entrega dos serviços públicos às organizações sociais (OS), bem como a possibilidade de eliminar concursos para, por exemplo, hospitais e universidades. Portanto, o STF não tomou essa decisão, fortalecendo o estado mínimo neoliberal, sem fundamentação legal (A decisão do Supremo Tribunal Federal, STF, aconteceu após 17 anos de análise da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), movida pelo Partido dos Trabalhadores, PT, e o Partido Democrático Trabalhista, PDT, junto ao STF).

Sobre isso, fazendo um retrospecto, em 15 de maio de 1998, o Governo Fernando Henrique (PSDB/SP), de cunho neoliberal, utilizou sua maioria no Congresso Nacional para aprovar a Lei nº 9637, como vimos, dispondo sobre a qualificação de organizações sociais (OS), como alternativas para a prestação de serviços públicos. Era a terceirização promovida pelo presidente neoliberal Fernando Henrique Cardoso. Aliás, o governador Marconi Perillo de Goiás (também do PSDB), seguindo os mesmos caminhos do seu colega de partido e mestre, pretende privatizar a educação pública do estado por meio de organizações sociais (OSs). Em 2011, no mesmo Estado de Goiás, as principais unidades hospitalares foram repassadas para a administração das OSs. Agora seria a vez de repassar a administração de unidades educacionais estaduais para as organizações sociais. Outro exemplo de ensaio para a terceirização encontra-se na campanha promovida pela Rede Globo de Televisão: "Amigos da Escola". Voluntários eram convocados para prestarem serviços nas escolas, substituindo professores, eletricistas, orientadores etc.

Outro antecedente no processo de concretização das políticas neoliberais no Brasil foi Projeto de Lei (PL), nº 4330/04, dispondo sobre os contratos de terceirização e as consequentes relações de trabalho, de autoria do Dep. Sandro Mabel (PL/GO, na época). Diga-se que esse PL, na sua redação final, foi votado e aprovado pela Câmara dos Deputados em abril de 2015, com um agravante: a terceirização na atividade fim.

Observe-se que esse processo de privatização já havia sido considerado pela Súmula 331 de 2011, de responsabilidade do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A diferença entre este documento jurídico e o Projeto de Lei do Dep. Sandro Mabel, aprovado, acima mencionado, está no fato de que aquele restringia a terceirização à atividade meio, enquanto que este legisla sobre a terceirização da atividade fim, aspecto que provoca reflexões sobre possíveis terceirizações na gestão e docência das universidades públicas federais.

Se o Projeto de Lei do Dep. Sandro Mabel for aprovado no Senado Federal, sancionado pela Presidente Dilma e, consequentemente, tornar-se Lei, como fica o art. 205 da Constituição Federal? Uma organização social que tomasse conta da administração da Universidade Federal do Tocantins (UFT), por exemplo, teria interesse na manutenção de um Campus como o de Arraias, uma cidade de 12.000 habitantes, no sudeste do Estado de Tocantins?

Sem dúvidas, a terceirização, a ausência de concursos públicos e a administração pública através de organizações sociais, nos colocam diante de um retrocesso para atender aos interesses do capitalismo neoliberal, da exclusão, do clientelismo e da manutenção de um sistema concentrador de rendas.

REFERÊNCIAS

A GAZETA. Editorial (31.07.03): Alfabetização e a universidade. Trabalho assinado por Dóris Santos de Faria. In. www.consaec.com.br consultado no dia 10.09.03.

BATE, Peter. Um novo consenso? In. BIDAmérica, a revista do Banco Interamericano de Desenvolvimento.
On-line: <http://www.iadb.org/idbamerica/index.cofm?thisid=2231>. Consulta no dia **10.08.03**.

BANCO MUNDIAL. Disponibilidade on-line www.bancomundial.org.br , consulta no dia 08.08.03.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais no. 1/92 a 53/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão no. 1/6 de 1994. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

BUARQUE, Cristovam. Na fronteira do futuro (O projeto da UnB). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.

BUARQUE, Cristovam. A aventura da Universidade. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BUARQUE, Cristovam. A segunda Abolição: um manifesto-proposta para a erradicação da pobreza no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BUARQUE, Cristovam. Os círculos dos intelectuais. In. Ari ROITMAN. O desafio ético. Rio de Janeiro. Garamond, 2000.

BUARQUE, Cristovam. A universidade numa encruzilhada. Trabalho apresentado na Conferência Mundial de Educação Superior + 5, UNESCO, Paris, 23-25 de junho de 2003. Brasília: UNESCO; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2003.

BRUNO, Lúcia. Poder e administração no capitalismo contemporâneo. In. Dalila Andrade OLIVEIRA (org.). Gestão democrática da educação. Petrópolis, RJ. Vozes, 1997.

CANDAU, Vera Maria. Nas teias da globalização: cultura e educação. In. _____ (org.) Sociedade: educação e cultura(s): questões e propostas. Petrópolis, RJ. Vozes, 2002.

CORAGGIO, José Luis. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? Trad. de Mônica Corullón. In. Lívia de Tommasi; Mirian Jorge WARDE; Sérgio HADDAD (org.). O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo. Cortez, 1996

CHARLE, Christophe & Jacques VERGER. História das universidades. Trad. de Elcio Fernandes. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

FARIA, Dóris Santos de. GAZETA (31.07.03): Alfabetização e a universidade. A GAZETA (31.07.03). In. www.consaec.com.br, consulta no dia 10.09.03.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 25. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2001.

GENTILI, Pablo. Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In. _____ (org.). Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública. 9. ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 1995

GOERGEN, Pedro. Pós-modernidade, ética e educação. Campinas, SP. Autores Associados, 2001.

HESPANHA, Pedro. Mal-estar e risco social num mundo globalizado: novos problemas e novos desafios para a teoria social. In. Boaventura de Sousa SANTOS (org.). A globalização e as ciências sociais. 2. ed. São Paulo. Cortez, 2002

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In. (org.) Estado e políticas sociais no neoliberalismo. São Paulo. Cortez, 1995

O ESTADO DE SÃO PAULO (31.07.03): Formação docente define desempenho do aluno. In. www.consaec.com.br consultado no dia 10.09.03.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 8. ed. São Paulo. Cortez, 2001.

TORRES, Carlos Alberto. Estado, privatização e política educacional: elementos para uma crítica do neoliberalismo. In. Pablo GENTILI. Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública. 9. ed. Petrópolis, RJ.

Submetido em: 08 de janeiro de 2025.

Aprovado em: 16 de abril de 2025.

Publicado em: 02 de maio de 2025.